

No Senado, PSDB lutará por mínimo de R\$ 600 e contra tentativa do Planalto de legislar por decreto

O líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, anunciou nesta quinta-feira (17) a apresentação de destaque ao projeto que fixa o novo valor do salário mínimo com o objetivo de impedir que o governo defina por decreto a política salarial do país sem debater com o


“A Constituição impõe que o valor do mínimo seja fixado por lei. Fazê-lo via decreto, e ainda mais para os próximos quatro anos, é uma medida inconstitucional e que busca excluir o Congresso Nacional do debate sobre a política salarial do país.”

Alvaro Dias, líder do PSDB no Senado

Congresso Nacional. De acordo com o tucano, os parlamentares não podem aceitar que a definição do reajuste do piso ocorra da forma desejada pelo Planalto, sob pena da desmoralização do Parlamento. Além disso, Alvaro reforçou que os tucanos lutarão pelos R\$ 600 defendidos pela legenda desde a campanha.

O senador alertou que caso sua emenda seja derrotada em plenário, o partido recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar a constitucionalidade do projeto que esvazia as prerrogativas do Legislativo para definir essa política.

Ao comentar a disposição da liderança do governo de votar a proposta do reajuste do salário mínimo já na próxima quarta-feira (23) em plenário, o senador afirmou que o partido não se opõe ao caráter de urgência para esta votação. Segundo o líder, a bancada não abre mão inclusive de realizar qualquer debate com a equipe econômica sobre a medida do governo.


“Nós, senadores, temos mesmo é que votar rápido este projeto, que é de interesse do trabalhador brasileiro. Não há sequer necessidade do ministro Guido Mantega vir ao Congresso debater a proposta, até porque já conhecemos sua posição a respeito da política salarial. A hora é de sermos produtivos e objetivos, mas também é momento de assumir responsabilidades. O PSDB cumprirá o compromisso assumido em campanha com a população e honrará a palavra que empenhou em torno do salário de R\$ 600”, reforçou o senador. 

Projeto de líder acaba com coligações nas eleições para deputados e vereadores

Diante do impasse criado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em relação a quem caberia a suplência dos deputados que se afastam para ocupar cargos nos executivos estaduais e federal, o líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, apresentou nesta semana projeto de lei que acaba com as coligações partidárias nas eleições proporcionais. Além disso, segundo o tucano, a experiência acumulada nos últimos 25 anos revela que as alianças não atendem ao interesse público, pois as legendas coligadas não defendem um projeto comum no Legislativo depois do pleito.

O deputado acredita que o fim das alianças entre os partidos é um dos primeiros passos para a realização da reforma política no Congresso. “As coligações distorcem a qualidade da representatividade e ao, mesmo tempo, iludem o eleitor. Dar um fim a essas alianças é um passo inicial para começar a reforma política, fortalecer os partidos e dar aos eleitores a oportunidade de escolher o seu representante”, destacou o parlamentar nesta quinta-feira (17).

Para o tucano, o atual processo eleitoral também reduz a qualidade da representação política. “Os eleitores do Brasil já enxergam claramente o esgotamento do sistema atual. O modelo proporcional não representa mais com qualidade ou identidade o eleitor e o seu representante escolhido. Por força das coligações, o eleitor se interessa por uma proposta, vota nesse candidato e escolhe outro que tem uma visão totalmente diferente”, explicou.

De acordo com Duarte, as coligações contribuem para aumentar a falta de credibilidade dos partidos políticos. O líder tucano acredita que os candidatos aliados possuem pensamentos, compromissos e programas diversos. “Com a realização das coligações para as eleições proporcionais o cidadão escolhe um deputado de determinado partido que defende uma bandeira. Vota nesse candidato e às vezes acaba elegendo outro que, por força de estar na coligação, não tem o compromisso de defender as mesmas bandeiras daquele que o eleitor escolheu”, ressaltou. 

Corte nas emendas mostra descompromisso do Planalto com a democracia, afirmam tucanos

O líder do PSDB na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, e o deputado **Otávio Leite (RJ)** lamentaram nesta quinta-feira (17) o corte de R\$ 18 bilhões das emendas parlamentares, o que representa praticamente 86% do valor total das proposições de deputados e senadores, que foram alvo central do corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento da União, anunciado pela presidente Dilma.

Segundo o jornal "Estado de S. Paulo", os 282 deputados e senadores que tiveram emendas aprovadas em 2011, mas não se reelegeram, são a mira preferencial da "tesourada" do Palácio do Planalto. Essas emendas somam R\$ 3,2 bilhões, segundo levantamento feito pelo "Estadão".

Porém, no caso de ex-parlamentares que agora ocupam cargos de destaque no poder Executivo, como o vice-presidente, Michel Temer, e o ministro-chefe da Casa Civil, Antonio Palocci, as emendas têm grandes chances de serem mantidas. Temer e Palocci tiveram juntos 39

emendas aprovadas no valor de mais de R\$ 22 milhões.

Para o líder tucano, isso mostra que o governo privilegia somente os aliados e corta sempre as emendas da oposição. "Esse é um caso explícito do total descompromisso do governo com a democracia. Isso demonstra que o ato de governo é pensando numa maneira patrimonialista e não republicana", condenou.

A reportagem do jornal paulista releva ainda que nos primeiros 11 dias de fevereiro, às vésperas da votação do valor do novo salário mínimo, o governo pagou R\$ 653,7 milhões de gastos autorizados ou ampliados por meio de emendas. O ritmo de liberação de verbas públicas nesse período aumentou 441% em relação a janeiro. Para Otávio Leite, a liberação de

recursos antes da votação é o exercício da "barganha política explícita". "É uma violência sem precedentes. O contingenciamento sempre aconteceu, mas esse volume é impressionante", criticou.



282

deputados e senadores que tiveram emendas aprovadas no Orçamento 2011, mas não se reelegeram, são o alvo preferencial da "tesourada" do governo federal

Parlamentares cobram atitude de Dilma para impedir aumento das tarifas de energia

Os deputados **Antonio Imbassahy (BA)** e **Carlos Alberto Leréia (GO)** criticaram nesta quinta-feira (17) o reajuste nas tarifas de energia elétrica, de até 11%, que deve acontecer a partir de abril em todo o país. Os tucanos cobraram da presidente Dilma Rousseff uma atitude em relação à medida que deve onerar ainda mais o bolso dos trabalhadores. Segundo os parlamentares, a presidente tem responsabilidade direta sobre o setor elétrico, pois foi ministra de Minas e Energia no governo Lula e não realizou um planejamento capaz de evitar os atuais transtornos do setor e o aumento já anunciado.

"É mais uma medida amarga, como se já não bastasse o corte no Orçamento de R\$ 50 bilhões

e o salário mínimo sem nenhum ganho real depois de 16 anos. É o trabalhador que sai prejudicado. Esse aumento da energia elétrica é impensável. Isso revela falta de planejamento e uma concepção equivocada do sistema", apontou Imbassahy.

Segundo especialistas ouvidos pelo jornal "Folha de S. Paulo", o reajuste, que deve ficar entre 9% e 11% e também irá pressionar o índice de inflação num patamar entre 0,29 ponto percentual e 0,35 ponto percentual.

"Isso traz uma grande frustração para aqueles que votaram em Dilma. Esse aumento vai pesar no bolso das classes C, D e E, onde ela teve a maior parte de seus votos", afirmou Leréia.



Conta de luz subiu mais que a inflação

→ De acordo com a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia Elétrica (Abrace), o aumento acumulado das tarifas de energia chegou a 186% nos últimos dez anos, enquanto no mesmo período o Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) subiu 124% e o IPCA (índice oficial de inflação do governo) acumulou 86%.

Leia também em nosso blog:

- Brasil pode passar vexame nas Olimpíadas do Rio por falta de investimento nos atletas, alertam deputados
- Na TV, Ricardo Tripoli pede reajuste das aposentadorias
- Gestão do PT jogou muito pesado para garantir aprovação do mínimo de R\$ 545, critica Marisa Serrano
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Marcus Pestana (MG), Rui Palmeira (AL), Vanderlei Macris (SP) e Fernando Francischini (PR) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com o deputado Ruy Carneiro (PB) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Mário Couto (PA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>